

A COR DA ALMA: A BARREIRA INVISÍVEL DO RACISMO

Francisca Lenilda da Silva¹
Mary Carneiro de Paiva Oliveira²
Ana Lúcia Aguiar Lopes Leandro³
Maria Antonia Teixeira da Costa⁴

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo problematizar e apresentar as formas invisíveis do racismo de cor existente em nossa sociedade e reproduzidas pela escola, bem como a luta do movimento negro organizado no percurso histórico brasileiro, destacando as memórias de uma mulher negra, mostrando sua trajetória de vida, desde seu nascimento até a atualidade. Assim, utilizamos uma significativa revisão bibliográfica, oportunizada durante as discussões da disciplina de Movimentos Sociais e Educação Popular do Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. O Trabalho encontra-se estruturado em dois aspectos intitulados como: Uma viagem histórica na cor da alma brasileira; e; Mulher negra: uma memória na invisível barreira do racismo. Nos apontamentos conclusivos, destacamos a contradição dos discursos e atitudes dos sujeitos mediante o racismo e o preconceito racial, que se explicita nas entrelinhas das relações de poderes de forma invisível, e que marginaliza o negro e o diferente.

Palavras-chave: Racismo. Luta. Mulher negra. Resistência. Educação.

INTRODUÇÃO

Qual é a cor da alma brasileira? Com essa indagação, apresentamos o tema deste trabalho, que é discutir e mostrar o muro invisível do preconceito racial existente na sociedade do nosso país, onde se embute a diversidade e a igualdade de oportunidades para todos independentes de cor, raça, sexo, embora se perceba isso apenas nos discursos.

Problematizando essa temática, partimos de um recorte na história do Brasil, que vai do ano da “libertação dos escravos” até os dias atuais, destacando a luta do

¹ Graduada em Pedagogia e especialista em RH pela UERN. Professora de Ensino da Arte no Programa Educação básica do SESI/SENAI. Aluna em caráter de exceção da disciplina de Movimentos Sociais e Educação Popular, do Mestrado em Educação POSEDUC/UERN.

² Graduada em Letras pelo CAMEAM/UERN e especialista em Língua Portuguesa e Matemática numa Perspectiva Transdisciplinar pelo IFRN, e em Psicopedagogia pela FIP. Professora da Educação Básica da rede estadual e municipal de ensino no município de Marcelino Vieira. Aluna do POSEDUC/UERN na linha de pesquisa Política e Gestão da Educação.

³ Professora Doutora da Faculdade de Educação da UERN, Campus Central. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da UERN.

⁴ Professora Doutora da Faculdade de Educação da UERN, Campus Central. Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC) da UERN.

Movimento Social Negro organizado, marcado pela resistência, tensão e contradição, mas que batalha pela igualdade, liberdade e diferença para população afro-brasileira.

Nesse cenário, a memória da trajetória de vida de uma mulher negra, de Mossoró – contexto local, foi nosso aporte para a percepção da visibilidade do racismo que se esconde, invade e se reproduz de várias formas na cultura do povo brasileiro, pois, ouvir e fazer ouvir as vozes do sujeito é premissa para emancipação desses, Freire (2011, p. 206) diz: “é importante, na invasão cultural, que os invadidos vejam a sua realidade com a ótica dos invasores e não com a sua”, e assim, reconhecendo sua opressão e invasão, tem a possibilidade de denunciar a invisível barreira do preconceito de cor existente na sociedade.

Nesse desenho, este artigo é nativo das discussões desenvolvidas na disciplina de Movimentos Sociais e Educação Popular do Mestrado em Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), ministrada pelas professoras Ana Lúcia e Maria Antonia, onde tivemos a oportunidade de realizar uma revisão bibliográfica relevante e conhecer nas aulas de campo a *práxis* dos movimentos sociais, através de suas práticas pedagógicas populares.

O texto está estruturado em duas sessões, a primeira intitulada **Uma viagem histórica na cor da alma brasileira**, que faz um caminho na história do nosso país, abordando a luta e a resistência do povo negro desde a chegada dos navios negreiros, dando destaque ao Movimento Negro organizado, após a assinatura da Lei Áurea e da implantação da república, assim como, na atualidade.

A segunda sessão traz a trajetória de vida da mulher negra, nas memórias de **Francisca Lenilda da Silva**, denunciando historicamente o racismo na história local, desde o seu nascimento, na sua infância e durante seu desenvolvimento como ser humano, muitas vezes “silenciado, velado na voz do sujeito” (ROSA e CABRAL, 2010, p. 02), e enraizado culturalmente nos grupos sociais a que frequentava e pertencia, e ainda, sua luta como uma afro-descendente para se afirmar socialmente como mulher, mãe e profissional. Nessa conjuntura, este item está denominado de **Mulher negra: uma memória na invisível barreira do racismo**.

Como aporte teórico, trazemos: Freire (2011) com a pedagogia do oprimido, possibilitando a compreensão o estado de oprimido do negro brasileiro e a sua resistência ao opressor; Gohn (2009) fazendo a relação e a compreensão da construção dos movimentos sociais, através da *práxis* desses por meio da educação popular; dialogando com esses autores, Domingues (2008) e Andrews (1991) trazem o

Movimento Negro organizado num percurso histórico, ao qual nos baseamos para fazer o recorte dentro da nossa história, em relação à resistência negra contra a opressão, ao racismo e a desigualdade de oportunidades.

UMA VIAGEM HISTÓRICA NA COR DA ALMA BRASILEIRA

Promover uma viagem histórica na “alma negra” no Brasil, se faz necessário um recorte⁵ dentro da história, uma vez que nosso propósito é trazer o movimento negro organizado para a nossa discussão.

Porém, para falar do negro é preciso dar alguns apontamentos do contexto histórico escravista do nosso país, que nos leva aos navios negreiros, quando traficavam os escravos, arrancados das suas raízes (África), onde, em suas terras nativas eram seres humanos, reis e rainhas, e ao chegarem às terras brasileiras perdiam essa condição, passando a serem mercadorias, que podiam ser vendidas ou trocadas. E como um povo, que era livre, eles sempre tiveram e tem uma história de luta e resistência contra as correntes visíveis e invisíveis do racismo e da desigualdade, nos direitos e nas possibilidades de uma vida digna humana.

“Chicote”, “Luta”, “Capoeira”, “Exploração”, “Resistência”, “Danças”, “Senzalas”, essas são palavras que nos confere o passaporte para uma viagem ao passado, num cenário em que os negros resistiam à exploração e aos castigos dos coronéis – donos das fazendas.

Desde essa época, eles deram início a uma luta de resistência permanente, por meio da formação dos quilombos – lugares aonde os negros se refugiavam e criavam comunidades, reavendo sua condição humana de liberdade; o mais famoso da nossa história foi o de “Palmares”, e como figura heroica, trazemos a de Zumbi⁶ para simbolizar o movimento afro-brasileiro.

Essa resistência negra libertadora, nos leva a Freire (2011, p. 34) quando diz: “libertadora porque, implicando o enraizamento que os homens fazem na opção que fizeram, os engaja cada vez mais no esforço de transformação da realidade concreta, objetiva”. E é dessa forma, que entendemos toda a luta por liberdade desses sujeitos

⁵ O recorte histórico será de 1888 (século XIX) até os dias atuais (século XXI).

⁶ Não nos interessa nesse momento explicar quem fora Zumbi e nem a história de Palmares, esse é apenas um recorte para situar a luta do movimento negro, que iniciara antes do período ao qual iremos nos deter.

escravizados e explorados por seres humanos que se diferem na cor e nas relações de poder.

Assim, após muitas lutas sangrentas, e o mundo passar por nova reestruturação na sociedade e na economia, em 1888 ocorreu à abolição dos escravos no Brasil, e um ano depois a esse acontecimento, a república foi proclamada, implantando um novo sistema político para o povo brasileiro, e essa não garantiu ganhos simbólicos ou materiais à população negra, pois continuou marginalizada, num sufrágio decadente, encontrando todo o tipo de preconceito nas cidades, que começavam a se urbanizar em consequência dessa nova forma de governo do país e do contexto econômico industrial que se instalava em nosso território. E foi devido ao desprezo republicano, que os negros deram início a um movimento organizado com objetivos de buscar seus direitos dentro de uma sociedade racista e classista (DOMINGUES, 2008).

Ainda nesse contexto, trazemos a forma como a cidadania foi posta no século XIX, diferente da cidadania clássica⁷, pois esta se ampliou para as massas, no entanto, adquiriu um caráter disciplinador e domesticador dos sujeitos daquela época, uma vez que para Gohn (2009), a relação histórica dos movimentos sociais com a educação, é a questão da cidadania, que se apresenta como elemento de união.

O Movimento Negro Organizado em nosso país teve sua oficialização no início do século XX, com a criação de uma das mais importantes organizações a Frente Negra Brasil (FNB), em 1931 na cidade de São Paulo, chegando a ter milhares de negros filiados, espalhados em mais de 60 delegações que propagava a abolição do “preconceito de cor”. Esse movimento mantinha instituições educativas, culturais, esportivas, de saúde, política e jurídica para os negros; e como forma de denúncia e expressão de opinião, circulava o jornal *A voz da Raça*; mais tarde, transformou-se em partido político, e com a instauração do “Estado Novo” ela foi extinta, essa primeira fase do movimento ficou conhecida como “classe dos homens de cor” (DOMINGUES, 2008).

Partindo desse período, o movimento negro cresceu, e foram criadas diversas formas de organização, como: a União dos Homens de Cor (UHC)⁸, Teatro Experimental Negro⁹, Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MUCDR)¹⁰.

⁷ Para Gohn (2009), a cidadania clássica se traduz no direito à liberdade, regida pela razão, através do pensamento da lógica e do cálculo utilitário, e, restrita aos proprietários, donos de terras.

⁸ Fundada na cidade de Porto Alegre em 1943, tinha uma complexa organização e chamava a atenção pela sua escalada expansionista (DOMINGUES, 2008).

⁹ Criado em 1944 no Rio de Janeiro, e teve grande importância na época (DOMINGUES, 2008).

¹⁰ Fundado em 1978 em São Paulo, promovendo várias formas de manifesto e conscientização política,

A importância de destacar esses movimentos se dá por meio da “consciência gerada no processo de participação num movimento social [, *que – grifo nosso*] leva ao conhecimento e reconhecimento das condições de vida de parcelas de população, no presente e no passado” (GOHN, 2009, p. 20).

Na tendência atual, o movimento negro se multiplicou e se especializou, assumindo várias formas de manifestação, protesto, luta e resistência contra as mazelas invisíveis do preconceito racial.

Nessa proliferação, muitos dilemas e desafios¹¹ foram postos diante da pós-modernidade, e para entendermos as tensões e contradições presentes na conjuntura das lutas organizadas pelos sujeitos desses movimentos, retornamos a Freire (2011, p. 43) quando nos mostra que “o grande problema está em como poderão os oprimidos, que ‘hospedam’ o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação”, dessa maneira, abrimos a possibilidade de compreender os problemas e as incongruências no interior dos movimentos sociais, em nosso caso, o Negro.

Após “passear” pelas vias históricas em que o movimento afro-brasileiro se constituiu, chegamos a uma importante declaração apoiada em Domingues (2008), onde este afirma que esse movimento social foi determinante para a sociedade brasileira chegar a uma consciência, de que a mesma é feita das contradições raciais. E mesmo com algumas divergências, as manifestações negras acumularam forças nos embates pelas conquistas de direitos civis, assim como, por uma construção efetiva da igualdade de oportunidades, como: a política de reconhecimento (de diferenças raciais e culturais), a política de identidade (racialismo e voto étnico), a política de cidadania (combate à discriminação racial e afirmação dos direitos civis negros) e a política redistributiva (ações afirmativas ou compensatórias).

Diante da questão, qual é a cor da alma? Visitamos a barreira invisível do racismo, que persiste numa sociedade que se diz antirracista e que reconhece a diferença no seu discurso, mas que se contradiz nas atitudes, mantendo as mesmas relações de poder dos séculos anteriores ao XXI, pois, a nossa sociedade não tem medo da diferença, mas do diferente.

sua luta prioritária era contra a discriminação racial, tendo seu nome simplificado para Movimento Negro Unificado (MNU), se expandido para outros estados brasileiros durante a década de 1980, assumindo grande destaque dentro dos movimentos sociais (DOMINGUES, 2008).

¹¹ Não é nosso objetivo discutir quais são esses dilemas e tensões, são temas a serem discutidos num outro trabalho específico sobre o movimento negro brasileiro.

MULHER NEGRA: UMA MEMÓRIA NA INVISÍVEL BARREIRA DO RACISMO

Escrever estas linhas, é antes de tudo, “passear” por recantos sombrios da minha memória e ao mesmo tempo, alegres, iluminado, desafiador e cheios de descobertas. A minha relação com o racismo de cor, começou desde o meu nascimento, pois, minha avó materna era cabocla e tinha descendência indígena, não queria que os filhos se misturassem com pessoas negras. Então, quando nasci, ela me olhou e disse: “*nasceu uma menina negra e feia*”. Minha mãe obviamente ficou muito chateada, e quando foi me batizar não colocou o sobrenome da família do meu pai, todos os meus irmãos têm no sobrenome *Paulino* e o meu é só *Silva*.

Percebemos que na cultura brasileira, algumas evidências de racismo começam na própria família. Devido à “teoria do branqueamento” (DOMINGUES, 2008, p. 102), por conta deste pensamento difundido no início da república, que forçava o povo negro a negar sua negritude as autoridades do nosso país naquele momento histórico, queriam mostrar para as grandes nações que o Brasil tinha uma população civilizada e bem educada, pois não seria conveniente mostrar uma população negra e pobre.

No século XIX com o advento da vinda dos imigrantes, com direito a posse da terra, o negro que tinha sido escravizado e trabalhado veemente para construção do Brasil, estava empobrecido, e abandonado no campo e nas ruas. Para um negro vislumbrar sua história de vida e aceitação de pertencimento diante de tanto sofrimento era muito difícil, por isso tornava-se preza fácil para as ideologias do homem branco patriarcal (ANDREWS, 1991).

Narrar à trajetória de uma mulher negra, sendo essa a personagem central da historia, é perfilhar num passado de muitas brasileiras, que trazem no seu histórico de vida, marcas e cicatrizes do preconceito racial e desbravura. Nasci no sítio Alivio no ano de 1965, comunidade rural de Olho d’água dos Borges, localizada no estado do Rio Grande do Norte. Nessa época, o país tinha sofrido o golpe militar e estava sendo governado através do Ato Institucional nº 1 de 09 de abril de 1964, onde os comandantes do Exército e da Aeronáutica se autodenominaram “comandantes de uma revolução vitoriosa”. Apesar de toda tirania da ditadura, o país crescia industrialmente e a propagação deste crescimento fez com que muitas famílias de agricultores

“oprimidos” (FREIRE, 2011) abandonassem suas cidades de origem e viessem para a cidade em busca de trabalho, uma vez que tinham vidas sofridas pela seca e pela exploração dos donos das terras – os fazendeiros “opressores” (FREIRE, 2011).

O êxodo rural se expandiu, muitas famílias foram para o sudeste, porém, meus pais não gostavam de viajar e, por isso, não se arriscaram a ir para um lugar muito longe e vieram para Mossoró – cidade que começava a se industrializar. Assim, como muitos outros agricultores, vieram também tentar a vida num centro urbano maior.

Chegaram a Mossoró em 1968, trazendo três filhos; eu e meus dois irmãos, Railson Paulino da Silva (in memória) e Rivailson Paulino da Silva. Sou a mais velha, meu segundo irmão faleceu no final de 2010, de uma infecção generalizada, ele era soro positivo e não resistiu ao tratamento do vírus HIV.

Na bagagem trazida do sítio para Mossoró, vieram: uma cabra, uma bicicleta e uma pequena economia; que deu para comprar uma casa de taipa no Bairro Lagoa do Mato. Meus pais não sabiam ler e nem escrever, assinavam apenas o nome, em função da obrigatoriedade de tirar o título eleitoral. Tinham noções básicas de matemática, mas nunca tiveram intimidade com o universo da escrita. Para garantir o sustento dos filhos, meu pai passou a trabalhar de cabeceiro na salina do Senhor Francisco Souto Soares. Minha mãe vendia cocadas e doces num quiosque, construído por eles ao lado da casa que morávamos.

Em 1972, foi inaugurado o Grupo Escolar no bairro Alto do Xerém, em Mossoró, com o nome de “Escola Reunida Alto do Xerém”, regida pela Lei 5.692/71. Chegando nessa escola, aos nove anos, tive que me socializar com outras crianças fora do ambiente familiar. Foi nesse espaço de relações que conheci a invisível barreira do racismo, porque tive de aprender a conviver com o preconceito e com as piadas pejorativas em relação a minha raça. Posso afirmar, que para a formação cognitiva de uma criança negra é uma dureza habituar-se a esse sentimento de desprezo e negação, primeiro, por falta de maturidade em entender *o porquê* da rejeição, *o porquê* da professora beijar as crianças na despedida e não me beijar, *o porquê* das crianças não quererem segurar minha mão na roda, *o porquê* de não poder me candidatar à rainha do milho, *o porquê* de não poder ser o anjo na festa da igreja, foram muitos *os porquês*, que ninguém nunca respondeu, era uma visibilidade de impossibilidades que se tornavam invisíveis.

A ludicidade que influencia de forma contundente a construção da personalidade dos sujeitos, soava confuso para aceitação da minha personalidade, o que se mais ouvia

era seu cabelo é ruim, seu sovaco fede, seu nariz é chato, e as canções de roda da época, eram canções do período escravocrata e uma das mais cantadas na minha infância pelas meninas da minha rua começava assim: *Plantei uma cebola no meu quintal/ nasceu uma neguinha de avental/ dança neguinha/ eu não sei dançar/ pega o chicote que ela dança já*. São inúmeras as formas que a cultura machista, racista e sexista tem para propagar o preconceito por todos os pilares sociais.

O que não percebia na ingênua infância é que estava lidando com a barreira invisível do racismo, invisível sim, porque existe um mito no nosso país de que não existe racismo, e romanticamente, até se dizia que negros casavam-se com brancas, bem, se formos fazer um percurso histórico no Brasil, logo perceberemos que as mulheres negras sempre foram exploradas na casa grande pelo senhor do engenho, pela sinhá, que a obrigava a dar conta do serviço doméstico, amamentar, cuidar dos filhos e até mesmo provocar frenesi no seu dono, para que esse procurasse sua esposa, já excitado. Há relatos, de que quando um jovem casava e não conseguiu consumir o casamento, o seu pai levava o vestido da sua escrava preferida, e só assim, o jovem consumava o casamento.

Como sabemos, sempre foi uma relação desigual entre o povo negro que aqui chegaram à condição de escravos, mesmo depois da abolição da escravidão, isso perdurou, pois o processo em que se deu a libertação dos escravos, esse não garantiu economicamente e socialmente qualidade de vida. Para as mulheres negras terem seu espaço de produtividade na sociedade, essas foram relegadas as cozinhas e aos trabalhos domésticos mais pesados (ANDREWS, 1991).

A fase da adolescência foi marcada por muitas dificuldades na aprendizagem e pela falta de interesse na vida escolar. Procurava fazer coisas que me dessem suporte para enfrentar as dúvidas e angústias de uma jovem, pobre e negra, que sonhava em ser artista, sem ao menos saber o que era arte. Durante esta fase da minha vida, meu pai passou por sérios problemas de saúde, essa foi mais uma das limitações que me distanciava do ambiente escolar.

Dentro desses dilemas da vida de adolescente, a descoberta da sexualidade e o fervor da juventude se apresentavam através dos sonhos. Assim, nessa conjuntura, comecei a frequentar outros lugares fora do bairro em que morava. A partir daí, tive contatos com os intelectuais, artistas da cidade (Mossoró) e com os movimentos populares. Foi através da relação com estes espaços e sujeitos, que me inseri no mundo da arte, em específico, o teatro, em 1983, desse período em diante, nunca mais me

afastei do mesmo, me realizando como cidadã, numa trajetória política construída no mundo artista, pois, Gohn (2009) destaca o caráter educativo que existe dentro das práticas pedagógicas dos movimentos sociais, como: a dimensão da organização política, a dimensão da cultura política e a dimensão espacial-temporal; possibilitando aos sujeitos inseridos nesse contexto uma construção pautada na emancipação como cidadã e cidadão.

Nesse cenário, tive a oportunidade de tirar a venda dos olhos para vida, me desacorrentando da baixa estima como mulher negra, que havia sido impregnada na minha feminilidade devido ao racismo, na sua “cruel” exclusão social.

Em 1985 o Brasil realizou um censo para mensurar a população negra. Então, alguns padres negros começaram a desenvolver nas pastorais da juventude, um trabalho pedagógico incentivando as pessoas negras a assumirem sua negritude, pois, como diz Domingues (2008, p. 113) esse trabalho “tem o intuito de produzir auto-estima e uma auto-imagem positiva nesse segmento populacional. Para o movimento negro, o processo de superação do racismo passa, indubitavelmente, pela etapa de (re)encontro do afro-brasileiro com sua identidade étnica”. O título da campanha era Moreno Negro. Nesse sentido, tive a necessidade de desenvolver atividades voltadas para a discussão da Igualdade Racial, articulada com Nonato Santos e Augusto Pinto – ambos, professores e artistas. Fundamos o grupo Raízes Movimento Negro de Mossoró, realizando alguns shows e palestras com o tema “negro e lindo”.

O movimento não conseguiu vingar, enfrentamos muitas resistências, inclusive, diziam as pessoas, que em Mossoró não havia negro. Os setores hegemônicos da sociedade ficavam querendo convencer as pessoas, que eram morenas e não negras. E nas raízes da minha memória, trazendo dos seus recantos, vozes que, quando me chamavam de negra, pediam desculpas, porque pensavam ser uma ofensa. Na verdade, ofensa é fingir ter um tratamento igual no discurso, quando a prática não condiz com a realidade.

Diante de tantos desafios, buscamos apoio de outras pessoas negras que assumiam sua negritude, isso aconteceu através da professora Ivonete Soares em 1991, uma vez que passamos a desenvolver atividades juntas.

Na atualidade, o movimento negro mossoroense encontra-se desarticulado, embora continue fomentando discussões sobre o racismo e a igualdade racial, discussões as quais me encontro arraigada.

Em 2009, fui indicada por ativistas da sociedade civil para representar o movimento negro em Brasília e participar da discussão do Estatuto da Igualdade Racial, instituído pela Lei 12.288/2010.

No meu itinerário de vida, atuei em 30 espetáculos, tanto para a rua, quanto para o palco Italiano. Participando de vários cursos, oficinas e festivais de teatro, nacionais e internacionais, tendo conquistado o prêmio de melhor atriz em 1996 no estado de Pernambuco, interpretando a personagem Marquesinha no espetáculo *a Árvore dos Mamulengos*. Indicação de melhor atriz em Betim/MG 1997 e no Festival Nordeste de Guarimiranga-CE, com a personagem *Genoveva da Baviera* no Espetáculo *Trupizupe o Raio da Silibrina*.

A participação da criação do Centro Feminista 08 de março, me inseriu ainda mais no contexto dos movimentos sociais. Exerci também o Cargo de vice-presidente da Cooperativa de Artistas Técnicos e Produtores de Mossoró (COOCAR).

Atuei na **assistência de direção** para o diretor Amir Hadd no *Auto da Liberdade*, nessa função, interpretei *Santa Ágata* no *Oratório de Santa Luzia*, *Ana Floriano* no *Auto da Liberdade* e uma carpideira no espetáculo *Chuva de Bala no País de Mossoró*. Hoje, sou associada da *Academia Feminina de Letras e Artes de Mossoró – AFLAM* São muitos os projetos desenvolvidos e que desenvolvo no mundo da arte, principalmente, quando a arte é a estratégia de luta e politização da população que vive a margem das oportunidades. Essa parte da narrativa nos leva a Gohn (2009), quando fala da existência de um processo com características educativas, nas formas pedagógicas desenvolvidas em espaços extraescolar, como a exercida pelos movimentos sociais, fazendo o uso da flexibilidade e da articulação na formação políticas dos sujeitos inseridos nessa conjuntura.

Portanto, a afirmação como mulher negra na sociedade aconteceu via arte e movimentos sociais, e na minha subjetividade, a resistência negra contra os opressores, permeiam a cor da minha alma.

APONTAMENTOS CONCLUSIVOS

Tecendo nossas considerações sobre a temática do Movimento Negro no Brasil em seu percurso histórico, e colocando nesse panorama, Mossoró, através da narrativa da memória de uma mulher negra, inserida nos manifestos populares negros e artista.

Nesse conjunto, a invisibilidade da barreira do racismo se torna visível diante das atitudes racistas que se encontram nas mais variadas formas, encravadas culturalmente e historicamente na nossa sociedade, uma vez que as máscaras e a camuflagem permeiam o preconceito racial, principalmente nos discursos ideológicos alienantes.

A organização dos negros para conseguir igualdade e respeito a sua diferença de cor, se faz presente desde os séculos passados até a contemporaneidade, acontecimento esse, que vem conquistando políticas públicas, no sentido de reparar a dívida histórica do Brasil em relação aos descendentes afro-brasileiros.

O destaque a alguns dos movimentos negros foi necessário para compreendermos sua ação nos dias atuais, pois, podemos perceber suas tensões, contradições e multiplicidade após a década de 1980, em que passaram a se organizar de maneira especializada, ou seja, sua luta ficou centrada em focos específicos, exemplificando, abordamos a luta por políticas educacionais, pelo reconhecimento de sua negritude e racialidade. Assim, apreendemos essa especialização do movimento negro, presente também na narrativa de Francisca Lenilda da Silva, que contextualiza o local no global, isto é, Mossoró no ensejo nacional, por meio da narrativa da sua trajetória de vida, como negra e militante social.

Vislumbrando um ponto de chegada para a nossa discussão, deixamos a problematização da luta do Movimento Negro hoje, dizendo que, mais do que reconhecimento racial, faz-se necessário à igualdade das oportunidades, porque a desigualdade se encontra não apenas culturalmente, mas também socialmente, presente na barreira invisível da cor da alma brasileira.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988).

Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, n.º. 21, p. 27-48. 1991.

ATO INSTITUCIONAL n.º 1 de 09 de abril de 1964. Disponível em

<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/126782/ato-institucional-1-64> Acesso em setembro de 2012.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: história, tendências e dilemas contemporâneos. **Dimensões – vol.21 – 2008**. Disponível em

http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes21_PetronioDomingues.pdf Acesso em setembro de 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2009.

LEI 12.288 de 20 de julho de 2010. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm Acesso em setembro de 2012.

LEI 5.692 de 11 de agosto de 1971. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm Acesso em setembro de 2012.

ROSA, Kelly Cristina Fernandes da. CABRAL, Gladir da Silva. Identidade Afro-descendente de uma Mulher, Negra e Educadora no sul de Santa Catarina. **Fazendo Gênero 9 – Diásporas, Diversidade, Deslocamentos – 23 a 26 de agosto de 2010**. Disponível em
http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278209262_ARQUIVO_IDENTIDADEAFRO-DESCENDENTEDEUMAMULHER,NEGRAEEDUCADORA.pdf
Acesso em setembro de 2012.